

Conheça os principais projetos da CIJ:

Programa Acolher

Consiste na implantação e uniformização da execução de serviços jurisdicionais no sentido do atendimento e da assistência a gestantes e mães que expressem o desejo de entregar o filho à adoção. As ações do Acolher buscam a garantia da convivência familiar das crianças, evitando que mulheres e famílias incorram nas práticas de abandono, infanticídio, entrega e adoção ilegal de suas crianças.

Rede da Infância e Família

Tem o objetivo de socializar debates, preferencialmente por meio virtual, sobre Infância, Juventude e Família que se encontrem em evidência em espaços sociais de mobilização e articulação pública. A socialização das pautas levantadas pelo projeto pretende contribuir para: desmistificar preconceitos e julgamentos do senso comum; intensificar o fluxo de informações entre agentes integrantes da Rede de Proteção e Assistência à Criança e ao Adolescente; discutir problemas comuns aos participantes; e viabilizar soluções integradas a partir dos debates fomentados. Esta ação conta com a parceria do Centro de Apoio Psicossocial – CAP/TJPE.

Depoimento Acolhedor

A criança ou o adolescente vítima ou testemunha de violência é ouvido por profissional devidamente especializado em técnica de entrevista investigativa, em ambiente adequadamente projetado e fisicamente isolado da sala de audiência convencional, por meio de sistema de áudio e vídeo. É um atendimento que tem como prioridade o acolhimento e a proteção, tendo em vista que a criança e o adolescente não precisam mais estar na sala de audiências tradicional e falar diretamente com as autoridades.

Expansão das salas de depoimento acolhedor

Implantação de cinco salas de Depoimento Acolhedor nas Comarcas de Caruaru, Petrolina, Garanhuns, Camaragibe e Jaboatão dos Guararapes, visando implantar a metodologia de Inquirição Especial de Crianças e Adolescentes Vítimas ou Testemunhas de Violência, objetivando minimizar os danos causados aos mesmos em procedimentos judiciais durante os seus depoimentos.

Jornadas Pernambucanas dos Direitos da Infância e Juventude

Treinamento e formação de magistrados e servidores do Tribunal de Justiça de Pernambuco em matérias referentes à área da Infância e Juventude (cadastros do CNJ, nova lei da adoção, Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – Sinase – e outros).

Sei Quem Sou

Promove a digitalização de processos de adoção de todas as comarcas de Pernambuco sentenciados e transitados em julgado a partir de 1990, sua introdução no sistema de informatização do TJ-PE (Judwin) e, ainda, a preparação, higienização e arquivamento físico dos processos.

Adoção e Cidadania na Escola

Promove uma maior aproximação do Poder Judiciário junto à sociedade, contribuindo para a familiarização de educadores, pais e alunos com os conhecimentos jurídicos básicos relacionados aos direitos fundamentais da criança e do adolescente, com destaque para o direito à convivência familiar e comunitária e com isso desmistificar, reconstruir e ampliar os conceitos acerca do que define uma família e como ela pode ser construída. A intenção é de contribuir na transmissão dessas interpretações para a criação de uma sociedade fundada em valores de respeito e tolerância, na qual o espaço para preconceitos e discriminações será, ao menos, minimizado. Com tal iniciativa, junta-se ao trabalho do Grupo de Estudo e Apoio a Adoção- GEAD/Recife um esforço institucional dos Poderes Judiciário e Executivo, no sentido de possibilitar que as informações seguras sobre o processo adotivo e a importância do direito à convivência familiar e comunitária cheguem a um maior número de pessoas.

Conhecer Virtual

O Projeto Conhecer Virtual tem como objetivo favorecer um contato inicial, através de videoconferência, entre adotante e adotando de localidades diferentes, minimizando o surgimento de possíveis problemas durante o estágio de convivência, concretizando assim o sucesso da adoção. Realizado pelo Núcleo de Apoio à Comissão Estadual Judiciária de Adoção (Ceja-PE) com apoio da Secretaria de Tecnologia da Informação e Comunicação (Setic), o Conhecer Virtual vai permitir que os profissionais do TJPE que irão acompanhar o estágio de convivência possam conhecer os pretendentes antecipadamente. Os adotantes também vão tirar suas dúvidas a respeito do processo de adoção e da criança/adolescente a ser adotada. A equipe da instituição de acolhimento repassará informações importantes sobre a criança/adolescente e orientará os adotantes como também os pretendentes e adotandos darão início a construção de vínculos afetivos.

Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada

O Projeto de Prevenção à Institucionalização Prolongada tem como objetivo orientar, com dados específicos sobre cada criança/adolescente que se encontra em instituição de acolhimento, os juízes e promotores de Justiça das diversas Comarcas do Estado de Pernambuco. A elaboração de levantamentos periódicos agiliza a tramitação dos processos referentes às crianças e aos adolescentes acolhidos evitando a permanência desnecessária nas casas de acolhimento.

Projeto Família: Um direito de toda criança e adolescente

O Projeto Família: Um direito de toda criança e adolescente, destina-se a divulgar, através de dossiês específicos, informações (como: data de nascimento, sexo, raça, existência de irmãos, etc.) de crianças e adolescentes que ainda se encontram nas instituições de acolhimento, cujos pais tiveram decretada a perda do poder familiar, com sentença transitada em julgado, sem candidatos pretendentes à sua adoção, em decorrência de suas características, seja por problemas de saúde, seja em razão da idade e, como tal, viabilizar a inserção dos mesmos em família substituta.

Justiça Restaurativa

Justiça Restaurativa é um procedimento inovador em relação ao processo convencional para solucionar os problemas quando acontece um ato infracional, um crime ou uma contravenção penal. A ética restaurativa é de inclusão e de responsabilidade social e promove o conceito de responsabilidade ativa. No procedimento da Justiça Restaurativa as pessoas envolvidas e afetadas pelo ato infracional, crime ou contravenção penal, reúnem-se com o facilitador para dialogarem sobre o ato e suas consequências. O objetivo da Justiça Restaurativa é resgatar a convivência pacífica no ambiente afetado pelo ato infracional, em especial, naquelas situações em que o autor do fato e a vítima tem uma convivência próxima que pode se projetar para o futuro.

Jovem Aprendiz

Projeto desenvolvido por meio de uma parceria entre a Coordenadoria da Infância e Juventude e a Secretaria de Gestão de Pessoas. O objetivo é fortalecer e aprimorar a prestação jurisdicional no âmbito da Infância e Juventude no TJPE, garantindo a atenção jurídica e social preferencial, a proteção integral e o desenvolvimento pleno dos adolescentes, principalmente àqueles que estão em vulnerabilidade social. Para cumprir a finalidade são envidados esforços para a instalação do Ciclo de Aprendizagem aos Adolescentes do Ensino Fundamental e Médio nos diversos espaços estratégicos, como o Núcleo de Saúde/ Esportes e Sustentabilidade, dentre outros. A entidade pública torna-se referência ao estimular o protagonismo e autonomia juvenil por meio da profissionalização. Consonantes com a Recomendação nº 25 de 27/10/2009 do CNJ, que indica aos tribunais a inserção em estágio de nível

fundamental e médio este projeto de profissionalização se torna uma alternativa que alia os interesses estratégicos desse Tribunal aos critérios de realização da promoção social, indicada como uma das metas prioritárias do plano de gestão do TJPE. Nesta perspectiva, a implementação de um projeto de profissionalização por parte do TJPE voltado para os adolescentes que se encontram em vulnerabilidade provocará um impacto social positivo, no contexto da vida social, familiar e comunitária dos jovens, promovendo a pacificação social, os direitos de cidadania e a socialização, além de experiências para o mercado formal de trabalho.

COORDENADORIA DA
INFÂNCIA E JUVENTUDE



TJPE
Tribunal de Justiça
de Pernambuco